



26 DE FEVEREIRO 2009
Quinta-feira

- ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA AFETAM 90 MIL
- AUMENTAM ACORDOS PARA CORTAR SALÁRIO
- CRISE ATRASA NEGOCIAÇÕES SALARIAIS
- GM DÁ LICENÇA A MAIS 300 OPERÁRIOS
- O EFEITO MULTIPLICADOR DO DESEMPREGO
- PRODUÇÃO DE AUTOPEÇAS REACELERA EM JANEIRO
- MERCADO REDUZ PREVISÕES DE SELIC E IPCA NESTE ANO, MOSTRA FOCUS
- REFORMA TRIBUTÁRIA OUTRA VEZ EM NEGOCIAÇÃO
- PROJETO AMPLIA PRAZO DE ESTÁGIO E PREVÊ AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
- EMPREGADO RIDICULARIZADO GANHA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
- CHEQUE PRÉ-DATADO: SÚMULA ESTIMULA REGULAMENTAÇÃO
- SOLDAGEM TIG: O CUSTO É ALTO, A QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE TAMBÉM

Câmbio		
Em 20/02/2008 às 15:30h		
	Compra	Venda
Dólar	2,380	2,381
Euro	3,032	3,034

ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA AFETAM 90 MIL

26/02/2009 – Valor Econômico

O mercado de trabalho apresentou em fevereiro um aumento significativo de trabalhadores demitidos em massa ou que tiveram a sua renda reduzida em troca da manutenção do emprego, embora no setor automotivo empresas tenham começado a rever acordos.

Cálculo do Valor, que leva em consideração os anúncios feitos por empresas e sindicatos, revela que o número de trabalhadores que tiveram a sua renda reduzida em função de acordos de redução de jornada e salário, licença ou suspensão temporária dos contratos praticamente triplicou em fevereiro, totalizando 90.163 pessoas, contra 31.553 em janeiro. Em dezembro, o número de atingidos ficou em 2.020, se for considerado que os 32 mil envolvidos acordos de redução de jornada não tiveram o salário reduzido. Além dos setores que sofrem os efeitos do agravamento da crise internacional desde o fim de 2008, também fizeram acordos empresas dos setores agrícola, de alimentação, borracha e aviação.

O total de demissões em massa (considerando os cortes de pelo menos 100 pessoas por empresa) também aumentou, totalizando 9.454 até o momento, contra 6.791 em janeiro. Os cortes envolvem empresas de grande porte e que fazem parte de uma longa cadeia produtiva, como Embraer, AGCO, Dana e Nilza e todas informaram em comunicados que, em função da queda nas vendas, também fariam ajustes em suas encomendas.

A maioria dos sindicatos consultados considera positivos os resultados de fevereiro, pois os acordos, embora tenham provocado redução na renda, garantiram emprego para mais de 90 mil trabalhadores. Além disso, nos setores automotivo e de autopeças, dez empresas decidiram encurtar o prazo das férias coletivas ou das licenças, definidas em acordo, devido à melhora nas vendas de veículos até fevereiro. Os riscos de novas demissões no médio prazo, justamente em função desses cortes na renda e na produção, porém, ainda preocupam os sindicalistas.

"Estamos enfrentando uma crise de confiança e ainda é difícil dizer até onde irá o problema", avalia o diretor da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Jairo Carneiro. Ele calcula que há mais de 20 empresas do setor metal-mecânico negociando acordos como redução de jornada com e sem corte de salários, programas de demissão voluntária e suspensão de contratos de trabalho - agora principalmente com empresas de médio porte. Desde outubro, 3,5 mil dos 200 mil metalúrgicos gaúchos perderam o emprego.

Algumas empresas, porém, mudaram a estratégia em fevereiro. Foi o caso da John Deere, que em janeiro anunciou a demissão de 502 funcionários em Horizontina e, após negociar com o sindicato, decidiu oferecer um programa de demissão voluntária aos 1.650 empregados remanescentes da unidade para substituir pelo menos em parte dos demitidos. A Zamprogná, fabricante de tubos, perfis e chapas de aço adquirida pela Usiminas, também concordou em abrir um programa de demissões para afastar 241 funcionários. A Guerra, que produz reboques e semi-reboques rodoviários também decidiu antecipar 10 dias das férias coletivas de 1.800 funcionários.

Os acordos fechados no Rio Grande do Sul incluíram a redução de jornada em empresas como Randon (implementos rodoviários e autopeças), Marcopolo (ônibus),

MWM International (motores) e GKN (autopeças). Na semana passada, a Gerdau também fechou acordo para suspensão do contrato de trabalho em três unidades.

No Paraná, no ABC Paulista e em Minas Gerais, as montadoras e empresas de autopeças também optaram por acordos que garantissem o emprego. Em função da melhora nas vendas de veículos, no mês, a Ford suspendeu férias coletivas de 350 em Taubaté; a Volkswagen renovou os contratos de 106 temporários em São Bernardo do Campo; a Renault cancelou a suspensão de contratos de 500 funcionários e a Fiat com as 14 empresas de autopeças de Betim fez um acordo garantindo estabilidade dos empregados até 10 de março.

Para os sindicatos, porém, as decisões das montadoras não são suficientes para projetar um fim breve para a crise no emprego. No Paraná, enquanto a Renault prepara-se para reconvocar os empregados, a Volvo voltou a dar férias coletivas a 1 mil trabalhadores para ajustar a produção de caminhões e motores e criou um banco de horas, para compensação até dezembro de 2010. No fim de 2008, a Volvo demitiu 430 empregados da fábrica de Curitiba (PR), cortou turnos de produção e deu férias coletivas.

Em São Paulo, os acordos de redução de jornada com redução de salários também se multiplicaram, totalizando 20 acordos que envolveram 10,7 mil trabalhadores, segundo levantamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. Em janeiro, o sindicato concluiu acordos com quatro empresas, que atingiram 5,6 mil trabalhadores. Para o presidente do sindicato, Miguel Torres, a melhora nas vendas de veículos anima, mas não é suficiente para reverter o cenário atual. "A crise no setor automotivo começou em outubro e demorou para chegar onde chegou. A retomada não vai ser rápida", avalia. Conforme Torres, o número de empresas solicitando acordos para reduzir jornada e salários ainda supera 120 e cresce o número de empresas de autopeças de pequeno porte, com menos de 150 funcionários.

No ABC, a redução das férias coletivas pelas montadoras animou empresas como a de autopeças Fiamm e a Prensas Schuler a também rever suas decisões - a primeira cancelou a redução de jornada de trabalho e a última, substituiu a demissão de 180 por um programa de demissões voluntária. "Houve recuperação nas vendas das montadoras, que voltaram a encomendar autopeças. Mas é preciso que haja melhora nas vendas de caminhões e nas exportações para que se confirme a reversão definitiva do cenário", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre.

Em Minas Gerais, a reversão também é lenda. "Há sinais de retomada da produção [da Fiat], o que reforça a posição nossa de não aceitarmos a flexibilização dos contratos", comentou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Marcelino da Rocha. Além do acordo de estabilidade fechado entre o sindicato, a Fiat e 14 empresas de autopeças, a Proteco (que também fornece à Fiat) substituiu uma proposta de licença remunerada por férias coletivas.

Em Santa Catarina, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, Genivaldo Ferreira, dos 18 mil trabalhadores que o sindicato representa, 12 mil fizeram acordos de férias coletivas ou redução de jornada. No setor plástico da cidade, dos 20 mil trabalhadores, 5 mil foram diretamente afetados ou por demissão ou por licença remunerada.

Na indústria de cerâmica de Campo Largo (PR), também houve melhora nas vendas em fevereiro e as negociações de redução de jornada foram canceladas, segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores do município, Paulo Andrade.

AUMENTAM ACORDOS PARA CORTAR SALÁRIO

26/02/2009 – Valor Econômico

Segundo cálculo do Valor, o número de pessoas que tiveram sua renda reduzida triplicou em fevereiro

Os acordos para redução de jornada e de salários multiplicaram-se em fevereiro e envolveram trabalhadores de um número maior de segmentos. Cálculo do Valor, que leva em consideração os anúncios feitos por empresas e sindicatos, revela que o número de trabalhadores que tiveram sua renda reduzida em função desses acordos, licenças ou suspensão temporária dos contratos praticamente triplicou em fevereiro, totalizando 90.163 pessoas, contra 31.553 em janeiro. Além dos setores que sofrem os efeitos do agravamento da crise internacional desde o fim de 2008, como o automobilístico, também fizeram acordos empresas dos setores agrícola, de alimentação, borracha e aviação.

O total das demissões em massa (considerando cortes de pelo menos cem pessoas por empresa) também aumentou, totalizando 9.454 até o momento, contra 6.791 em janeiro. Os cortes envolvem empresas de grande porte e que fazem parte de uma longa cadeia produtiva, como Embraer, AGCO, Dana e Nilza. Todas informaram em comunicados que, em função da queda nas vendas, também fariam ajustes em suas encomendas de insumos e componentes.

A maioria dos sindicatos consultados considera positivos os resultados de fevereiro. Mesmo que os acordos tenham provocado redução na renda, garantiram a manutenção do emprego para mais de 90 mil trabalhadores. Além disso, nos setores automotivo e de autopeças, dez empresas decidiram encurtar o prazo das férias coletivas ou das licenças devido à melhora nas vendas de veículos em janeiro e fevereiro.

Os sindicalistas também acreditam que a negociação tem trazido bons resultados. A John Deere anunciou a demissão de 502 funcionários em janeiro, mas após discussões com o sindicato ofereceu um programa de demissão voluntária aos 1.650 empregados da unidade de Horizontina para substituir pelo menos parte dos cortes.

Mesmo com a crise e o aumento do desemprego, categorias que têm database em janeiro e fevereiro fecharam acordos com aumento real de salários. Mas o movimento sindical não acredita que esta será uma conquista fácil nas negociações de 2009.

CRISE ATRASA NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

26/02/2009 – Valor Econômico

A desaceleração da economia brasileira, amplificada pelo agravamento da crise internacional, retardou as negociações de reajuste salarial das categorias que têm data-base entre dezembro e fevereiro. Sindicatos representativos dos setores calçadista, químico, metalúrgico e de construção civil encontram dificuldades para fechar acordo com empregadores. Já categorias que encerraram as negociações no

prazo das data-bases conseguiram ganhos acima da inflação, embora a expectativa para este ano seja de uma drástica redução no número de acordos com ganhos reais devido ao cenário econômico.

O melhor acordo nesses três meses foi alcançado pelos mineiros do Sul de Santa Catarina e pelos metalúrgicos de Jaraguá do Sul. A negociação, contudo, foi difícil. Os mineiros chegaram a realizar três dias de greve. No dia 3, a categoria conseguiu reajuste nominal de 9% e um ganho real de 2,52%, acima do aumento de 1% do ano passado. A presidente do sindicato, Leonor Rampinelli, diz que muitos empresários alegaram problemas com a crise, mas os trabalhadores usaram como argumento o aumento das vendas de carvão para as térmicas nos últimos meses. O sindicato representa 1,4 mil trabalhadores.

Em Jaraguá do Sul, os metalúrgicos negociaram em janeiro reajuste nominal de 8%, obtendo um ganho real de 1,52%. De acordo com o diretor financeiro do sindicato, Silvino Völz, ainda não é possível saber se a crise diminuiu e se as empresas vão parar com as demissões. Em fevereiro, ainda houve um alto volume de dispensas: 700 pessoas foram demitidas no setor.

Em São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado do Estado (Sindpd) obteve ganhos reais de 1,7 ponto a 8,8 pontos percentuais. O reajuste da categoria foi de 7,1%, para um Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até fevereiro de 5,43%. Os aumentos foram maiores para o piso de digitadores (reajustado em 7,48%), técnicos (7,69%), funcionários administrativos (12,15%) e office boys (14,24%).

Não tiveram a mesma sorte os trabalhadores dos setores calçadista, telefônicos e da construção civil que tinham data-base entre janeiro e fevereiro. Nenhum conseguiu fechar acordo no prazo. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Calçadista de Franca enviou ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na semana passada um pedido de mudança na data-base da categoria, que é fevereiro. "O sindicato só conseguiu estabelecer o processo de negociação com as empresas no dia 22 de janeiro. Nossa meta é mudar definitivamente a data-base para negociar com as empresas com mais prazo. Muitas ainda estão em férias", afirma o presidente do sindicato, Paulo Afonso Ribeiro. Com o deferimento pelo tribunal, o sindicato terá mais 60 dias para negociar. A meta é obter reajuste de 5%.

Os prestadores de serviço à Telefônica, que tinham data-base em janeiro, também não tiveram sucesso nas negociações, afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sintetel), Almir Munhoz. "Fazemos o nosso papel, entregamos as pautas com antecedência, mas não há recíproca das empresas", critica. O sindicato, diz, vai pedir reajuste equivalente ao INPC. O setor reúne 180 mil trabalhadores, entre empresas de call center, prestadoras e operadoras de telefonia.

Em Salvador, também não houve acordo entre sindicato e empresas de construção. A data-base era janeiro e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Cidade do Salvador negocia reajuste de 7% para prático e de 9% para servente de pedreiro, compensando a inflação de 12 meses de 6,48% medida pelo Índice de Custo de Vida (ICV-Dieese). As empresas ofereceram reajuste nominal de 5%. "Os patrões querem alegar crise no setor. No ano passado o setor cresceu 8% e teve uma lucratividade enorme. Se não houver avanço, vamos fazer greve", afirma o presidente do sindicato, Raimundo Brito.

Já no Rio Grande do Sul, 20 mil trabalhadores de indústrias calçadistas de Sapiranga, Araricá e Nova Hartz e 5,5 mil funcionários de fábricas de móveis de Bento Gonçalves tocam as negociações sem enfrentar pressões por redução de jornada, demissões massivas ou suspensões de contrato de trabalho. Segundo o presidente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, Júlio Cavalheiro Neto, a categoria deve aprovar reajuste de 7,4%, quase um ponto acima do INPC acumulado até janeiro. Atualmente, 1,7 mil trabalhadores estão em férias nas três cidades, a maior parte empregados da Paquetá, que transferiu para este mês a parada de fim de ano. "A situação é de estabilidade", afirma Cavalheiro, observando que a melhora da demanda no país tem permitido às indústrias retomar a produção.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves, por sua vez, pediu reajuste equivalente ao INPC mais 3% de ganho real, disse o tesoureiro Arcelo Rossini. Em 2008, o ganho real foi de 1,5%. A maior parte das empresas locais não deu férias coletivas além das paradas tradicionais de fim de ano e nesta semana de Carnaval interrompeu a produção apenas de segunda a quarta-feira. "A situação está de estável para boa", afirmou. Além das questões econômicas, ficaram acordadas melhorias em 14 itens da convenção coletiva, como: a gestante será liberada pelo menos 9 vezes para consultas médicas durante gestação; estabilidade de 30 dias para o pai após o nascimento do filho; pagamento obrigatório da primeira parcela do 13º salário até 1º de julho; pagamento de 60% da diferença entre o salário e o valor do auxílio doença pago pelo INSS por 180 dias. (CB, VJ e SB)

GM DÁ LICENÇA A MAIS 300 OPERÁRIOS

26/02/2009 – Gazeta do Povo

A General Motors dará licença remunerada a 300 funcionários da produção da fábrica de São Caetano do Sul (SP), para retorno no fim de março. Amanhã também vencem os contratos de cerca de 600 de um grupo de 1.633 trabalhadores temporários que estão em licença desde o mês passado. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano realizará hoje, nos portões da fábrica, manifestação para reivindicar a renovação dos contratos.

Na sexta-feira, em reunião com sindicalistas, executivos do setor de recursos humanos informaram que a empresa deve dispensar a maioria dos temporários. "Disseram que o mercado de carros ainda não reagiu o suficiente para manter esse pessoal", disse o vice-presidente do sindicato, Francisco Nunes. Segundo ele, no máximo 30 pessoas contratadas para a área de manutenção deverão permanecer.

O EFEITO MULTIPLICADOR DO DESEMPREGO

26/02/2009 – Gazeta do Povo

Pesquisas sobre o comportamento do mercado de trabalho em janeiro, divulgadas na semana passada, dão fortes pistas dos efeitos da crise sobre o mercado de trabalho. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que nas seis maiores regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre) apenas na virada de dezembro para janeiro 323 mil pessoas ficaram sem emprego, um aumento de 20% no total de desocupados. Do total de novos desempregados, 73% são pessoas com 11 anos de estudo ou mais. Em outras palavras, de cada dez pessoas que passaram para a fila de desempregados, sete são pessoas mais qualificadas e, portanto, de maior renda!

Essa decomposição da taxa de desocupação é um dado extremamente preocupante, porque o efeito multiplicador negativo do aumento do desemprego entre esta parcela da população é mais devastador sobre o conjunto da economia do que quando o desemprego atinge trabalhadores com menor escolaridade e, portanto, com menor renda. Pela pesquisa do IBGE, o rendimento médio real de janeiro foi 2,2% maior que o de dezembro. Mais uma vez, no entanto, a abertura desse dado mostra que no setor privado a alta foi de apenas 0,4% e o setor público sustentou o aumento, com crescimento de 4%. E ainda mais: o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada caiu 0,95% no mês, confirmando que as demissões estão atingindo também os profissionais de maior salário.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), compilado mensalmente pelo Ministério do Trabalho, mostra que, desde o início da crise, já foram perdidos quase 800 mil postos de trabalho. Foi um ajuste muito rápido e muito concentrado na indústria. A indústria de transformação chegou a setembro do ano passado com aproximadamente 7,1 milhões de pessoas contratadas com carteira assinada, segundo dados do Caged. Depois, entre outubro e janeiro cortou 400 mil vagas, indicando que em apenas quatro meses o setor fez um ajuste de 5,6% no total da mão de obra empregada. Muita coisa! E o efeito multiplicador desse ajuste sobre os setores de serviços e comércio ainda virá. No conjunto da economia, o ajuste de emprego ainda foi bem menos intenso: 1,9% sobre o estoque de 38,8 milhões de empregos formais existentes até setembro do ano passado.

Esse ajuste no emprego ainda não é responsável pela forte queda na produção industrial - 9% no último trimestre do ano passado em relação ao terceiro trimestre. Aquele tombo foi motivado principalmente por uma atitude preventiva da indústria, que olhou para seu nível de estoques (até cinco meses de vendas no setor de distribuição de aço, por exemplo) e percebeu que era preciso por um pé no freio. Afinal, a demanda do passado (somados o consumo mundial e o interno) não seria mais a mesma por um bom número de meses.

A dúvida é onde vamos estacionar. Qual a demanda futura que vai determinar nível de produção e emprego na indústria? No trimestre encerrado em outubro de 2008, a indústria produziu 93% mais que em 2002 - maior patamar de produção já alcançado pela indústria brasileira segundo a série do IBGE, que tem 2002 justamente como base 100. No último trimestre do ano, esse nível caiu para 76% na mesma comparação. A recessão nos países da zona do euro e nos Estados Unidos - que juntos respondem por 37% da compra de produtos manufaturados produzidos no país - e também a perspectiva de retração na demanda interna (que virá em consequência do ajuste de emprego da própria indústria) indicam que algum novo ponto de equilíbrio deverá ser encontrado. E se for entre àqueles dois pontos, poderemos até ter boas notícias. Mas só torcer não será suficiente!

O equívoco do ministro Lupi

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou que o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) decidiu estender de cinco para sete parcelas mensais o seguro-desemprego. Importante medida, mas não com a equivocada regra de escolher os trabalhadores de alguns setores mais afetados pela crise a partir de um cálculo ainda a ser definido. Estes "privilegiados" do grupo especial terão direito às parcelas adicionais, enquanto os demais trabalhadores e suas famílias ficarão com as cinco parcelas normais, como se suas necessidades de sobrevivência fossem diferentes. Uma coisa é o governo definir setores que têm potencial para estimular o

conjunto da economia (como a construção civil, a infraestrutura e mesmo a indústria automobilística). Outra coisa bem diferente é o governo segregar parte dos desempregados!

PRODUÇÃO DE AUTOPEÇAS REACELERA EM JANEIRO

26/02/2009 – Gazeta Mercantil

Depois de reduzir jornada de trabalho, cortar turnos de produção e demitir empregados, as indústrias de autopeças retomam o nível de atividades para acompanhar o ritmo das montadoras. A Eletromecânica Dyna, fabricante brasileira de limpadores de para-brisas, e a Elring Klinger, subsidiária brasileira do grupo alemão que faz juntas de cabeçotes e defletores de calor, já têm sinalizações positivas das montadoras para os próximos meses, o que as faz prever que as vendas no mercado interno cheguem neste ano ao patamar igual ao de 2007, quando foram emplacados 2,46 milhões de veículos no País.

"Ainda estamos com volume 20% abaixo do de 2008, mas a expectativa é positiva porque a fase difícil já passou e temos encomendas para a produção de 10 mil carros por dia", disse Celso Liberal, diretor comercial da Eletromecânica Dyna.

A Elring Klinger, que abastece todas as montadoras no País (menos a Toyota), teve que cancelar as férias coletivas programadas para esta semana e suspender a redução de um dia de trabalho para atender aos pedidos que começam a chegar das montadoras de automóveis. A empresa, que no final do ano passado eliminou o terceiro turno e demitiu 40 pessoas, avalia recontratar esses funcionários se o volume de encomendas das montadoras começar a crescer.

"O mercado está começando a reagir e algumas montadoras cancelaram as férias coletivas na semana do Carnaval e estão até trabalhando aos sábados para abastecer a rede de concessionárias, que já está com falta de alguns modelos de automóveis para pronta entrega", disse Luiz Alberto Thimm Mirara, diretor comercial da Elring Klinger.

C3(Gazeta Mercantil/1ª Página - Pág. 1)(Sonia Moraes)

MERCADO REDUZ PREVISÕES DE SELIC E IPCA NESTE ANO, MOSTRA FOCUS

25/02/2009 – Gazeta do Povo

O mercado financeiro do país reduziu pela segunda semana consecutiva as estimativas para a inflação e a taxa de juros neste ano, mas manteve o prognóstico para o crescimento econômico, segundo o relatório Focus divulgado nesta quarta-feira.

A previsão para a Selic caiu de 10,50 por cento na semana anterior para 10,38 por cento agora. O prognóstico para o juro em 2010 também declinou, para 10,50 por cento, contra 10,75 por cento.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, o mercado vê uma alta de 4,66 por cento, abaixo dos 4,69 por cento do relatório anterior. A estimativa para a inflação em 2010 foi mantida em 4,5 por cento.

A projeção para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 foi mantida em 1,5 por cento e para 2010 permaneceu em 3,6 por cento.

REFORMA TRIBUTÁRIA OUTRA VEZ EM NEGOCIAÇÃO

26/02/2009 – Gazeta Mercantil

Os líderes de partidos voltam a se reunir na próxima quarta-feira com o relator da reforma tributária (proposta de emenda constitucional 233/08, 31/07 e outras), deputado Sandro Mabel (PR-GO). A base governista está disposta a votar a matéria no Plenário da Câmara dos Deputados em março, mas ainda há resistências da oposição.

O PSDB quer que o relator apresente simulações do impacto da reforma nos estados ano a ano, até 2021. Segundo o vice-líder Duarte Nogueira (SP), os dados apresentados na última reunião sobre o tema foram insuficientes porque não estavam detalhados.

"Nós do PSDB, que governamos estados populosos e grandes contribuintes do Fisco, entendemos que é preciso haver responsabilidade na hora de discutir essa matéria e de votá-la", afirma Duarte Nogueira. "Devemos ter consciência do que vai mudar na vida de cada estado, até porque haverá impactos nos serviços públicos, na educação, na saúde, na segurança e nos serviços sociais", acrescenta o parlamentar tucano.

Secretários

O relator das propostas de emenda constitucional da reforma tributária, deputado Sandro Mabel, alega que não dispõe dos dados exigidos pelo PSDB. Segundo ele, apenas o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda, poderia ter essas informações.

Além da defasagem dos dados, ainda está em construção um sistema de troca de informações que abranja o País inteiro.

"Os números que já foram apresentados são consistentes e mostram de uma maneira global, não individualizando em cada estado, que se houver perdas existirá também o dinheiro para compensá-las. Isso está claro", argumenta o deputado, lembrando que as propostas foram debatidas diversas vezes na comissão especial da Casa que analisa o tema, em calendário de eventos realizados durante o ano passado.

O líder do governo, deputado Henrique Fontana (PT-RS), avalia que a reforma do capítulo da Constituição Federal que fixa as regras para o recolhimento de tributos destinado ao financiamento do Estado brasileiro é boa para a economia brasileira. O deputado governista ressaltou ainda esperar que a oposição não obstrua a votação da matéria a partir da próxima semana, como tem sido praxe todas as vezes que o Palácio do Planalto tentou colocar os projetos em apreciação em plenário..

Ainda de acordo com Henrique Fontana, as divergências devem ser destacadas do texto e levadas à deliberação do Plenário: "A oposição vai ter todo o espaço para fazer seus destaques e debater os pontos sobre os quais ela discorda do governo; mas o acordo é de que nós vamos votar e a negociação está ocorrendo com grande velocidade", assegurou o parlamentar.

Pelo fato de ser tema de propostas de emendas constitucionais, a reforma tributária precisa ser aprovada em dois turnos na Câmara antes de ir ao Senado. A matéria já passou pela comissão especial.

PROJETO AMPLIA PRAZO DE ESTÁGIO E PREVÊ AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

20/02/2009 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4579/09, do deputado Dr. Pinotti (DEM-SP), que amplia o prazo máximo do estágio para três anos e torna obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente.

A proposta altera a Lei do Estágio (11.788/08), que estabelece em dois anos a duração máxima de estágio em uma mesma instituição. Entre os benefícios previstos atualmente na lei está a concessão do vale-transporte. A legislação atual não prevê a obrigatoriedade do auxílio-alimentação para estagiários.

Na opinião do parlamentar, a nova legislação, que está em vigor desde setembro de 2008, representou significativo avanço para os estudantes. O deputado acredita, no entanto, que a lei necessita de pequenos ajustes para tornar mais proveitosa a experiência tanto para o estagiário quanto para a empresa concedente.

Experiência profissional

Para Pinotti, o prazo máximo de estágio não considera as necessidades de formação das diferentes áreas, as possibilidades de distintas configurações curriculares e até o interesse do próprio estagiário em aprofundar sua experiência profissional em uma mesma organização.

"É conveniente ampliar em pelo menos mais um ano a duração máxima do estágio em uma mesma organização para que o futuro profissional tenha maior qualidade de formação teórica e prática", avalia.

Já quanto à concessão de auxílio-alimentação, Pinotti se preocupa com o fato de que a bolsa concedida ao estagiário, em geral, não é suficiente para as suas despesas básicas, o que compromete sua alimentação.

"Trata-se, portanto, de um problema de ordem pública, já que uma alimentação inadequada pode representar sérios riscos à saúde de nossos jovens", pondera.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMPREGADO RIDICULARIZADO GANHA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

26/02/2009 – Notas COAD

Ser obrigado a usar um chapéu de burro, trabalhar nas festas de fim de semana como garçom, dançar na boca da garrafa e ganhar rabinho de burro. Assim um empregado terceirizado era tratado no Banco Bradesco S.A. quando não atingia as metas de vendas dos produtos da empresa. Para a Justiça, esses foram motivos suficientes para condenar o banco a indenizar o empregado por dano moral, por ter sofrido humilhações e constrangimentos no ambiente de trabalho.

Na 4ª Vara do Trabalho de Goiânia (GO), o trabalhador provou que não era um corretor de seguros autônomo, como afirmava o Bradesco, e que havia vínculo de emprego, na condição de bancário, com a empresa. Com a ajuda de testemunhas, ele também comprovou a existência de "jogos de motivação" promovidos pela chefia que ofendiam a dignidade dos profissionais. Nessa instância, o Bradesco foi condenado a pagar R\$ 40 mil de indenização por dano moral.

O banco recorreu ao Tribunal Regional da 18ª Região (GO), alegando não ter culpa do ocorrido. Sustentou ainda que a indenização fixada era desproporcional. Mas o Regional confirmou a responsabilidade do banco pela preservação da honra e imagem dos empregados. Quanto ao valor da indenização, o Bradesco conseguiu reduzi-lo para três vezes a última remuneração do bancário. O TRT/GO levou em conta a jurisprudência sobre a matéria e o caráter educativo da punição.

O Bradesco tentou rediscutir a matéria no Tribunal Superior do Trabalho. No entanto, o recurso de revista foi barrado no TRT/GO. A empresa insistiu e apresentou. De acordo com o relator, ministro Walmir Oliveira da Costa, o ato ilícito ficou provado no Regional e, portanto, o banco tem obrigação de indenizar o empregado. Ainda segundo o relator, para concluir de forma diferente, seria necessário reexaminar fatos e provas – o que não é possível nessa fase do processo. Por fim, os ministros da Primeira Turma rejeitaram o agravo e, com isso, mantiveram a condenação imposta pelo TRT. (AIRR 653 / 2006 – 004-18-40.4).

CHEQUE PRÉ-DATADO: SÚMULA ESTIMULA REGULAMENTAÇÃO

20/02/2009 – Notas COAD

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de editar súmula reconhecendo o direito a indenização por dano moral em caso de depósito antecipado de cheque pré-datado - anunciada no dia 17/02 - vai ao encontro de uma série de projetos que tramitam na Câmara. Há pelo menos 23 propostas em análise na Casa que buscam dar mais garantia ao consumidor que opta por essa modalidade de pagamento.

O mais antigo é o Projeto de Lei 1029/91, da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP), que proíbe o pagamento do cheque antes da data estipulada. Há 22 projetos sobre o assunto pensados a esse, sendo o mais recente PL 3554/08, do deputado Ribamar Alves (PSB-MA). Entre diversas medidas, a proposta autoriza quem emitir um cheque sem fundo a resgatá-lo no banco sacado depois de fazer depósito equivalente ao valor de face do cheque mais juros. Os textos estão prontos para serem votados em Plenário.

Compensação proibida

Outro projeto sobre o assunto que tramita na Câmara é o PL 2365/07, do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que também proíbe os bancos de efetuar a compensação de cheques pré-datados antes da data estipulada pelo correntista. Pela proposta, as folhas de cheques deverão conter no verso a data indicada para o depósito, com a assinatura do titular da conta corrente. A data será a referência para as instituições bancárias.

Apesar da decisão do STJ, Rollemberg avalia que é necessário avançar mais, incluindo o banco entre os responsáveis pela quebra do acordo entre o consumidor e o portador do cheque. "Temos que responsabilizar o banco que porventura pague

antecipadamente o cheque pré-datado. Se eu sou o dono da conta e se o banco está ali para cuidar do meu dinheiro, ele só pode disponibilizar esse recurso para um terceiro a partir da data que eu indicar no cheque", disse.

Cheque pós-datado

O PL 499/07, do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), regulamenta o cheque "pós-datado". O autor explica que a denominação pré-datado é imprópria já que o título não é emitido com data anterior à sua emissão, mas sim posterior a esta. A utilização desse tipo de pagamento já consagrada no Brasil, não pode mais "permanecer ao arrepio da lei", argumenta o deputado.

Para garantir que o prazo será cumprido, o projeto também determina que a data de pagamento seja escrita no verso do cheque. Além disso, devem constar, no documento, o número da nota fiscal da compra e o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou nome e número no Cadastro de Pessoa Física (CPF), em caso de negociação entre duas pessoas físicas. Caso apresente o cheque em data anterior à combinada, o credor ficará sujeito à multa equivalente a quatro vezes o valor do cheque emitido.

O projeto prevê ainda que o cheque pagável a vista deve ser sacado em, no máximo, 45 dias a partir da emissão, quando emitido no mesmo lugar onde for pago. Quando emitido em lugar diferente, o prazo máximo deverá ser de 90 dias.

O deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Comércio Varejista, considera a decisão do STJ importante, mas acredita que ela não vai afetar a maioria dos casos de transações com cheques pré-datados. Para ele, o desrespeito à data estipulada para a compensação do título é uma "exceção" que não costuma ser percebida entre "comerciantes estabelecidos".

Já o presidente do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, José Geraldo Tardin, comemorou a decisão do STJ. Ele avalia que essa será a orientação seguida pela Justiça a partir de agora. "Os juízes de primeira instância e desembargadores buscam esse entendimento para formatar suas sentenças. Agora não adianta mais eles fazerem uma sentença contrária ao tribunal para que ela venha a ser reformada em segunda instância ou no STJ", declarou.

FONTE: Agência Câmara

SOLDAGEM TIG: O CUSTO É ALTO, A QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE TAMBÉM

19/02/2009 – Notas CIMM – Centro de Informação Metal Mecânica

Também conhecida como soldagem Gas Tungsten Arc Welding (GTAW), a solda TIG foi desenvolvida para suprir a demanda por métodos de soldagem eficientes para materiais difíceis, como o alumínio e o magnésio. O nome vem do gás utilizado na soldagem, o tungstênio.

O processo consiste na união de peças metálicas. Através de um arco elétrico entre um eletrodo de tungstênio não-consumível e as peças, ocorre o aquecimento e a fusão delas. Os elementos (o eletrodo, o arco e a poça de fusão da solda) ficam protegidos por uma atmosfera de gás inerte. É possível acrescentar metais diretamente à poça de fusão.

Adequado à soldagem de peças de pequena espessura, o processo tem custo relativamente alto, é lento, mas tem alta produtividade. Costuma ser escolhido quando a qualidade da solda é mais importante que os procedimentos de produção. A soldagem TIG é usada em indústrias nucleares, químicas, aeronáuticas e de alimentos.

A operação geralmente é realizada de forma manual, mas é fácil mecanizar do processo. Com a soldagem TIG, o soldador tem ótima visibilidade e segurança no trabalho. Além disso, ela deixa poucos resíduos e não requer limpeza.

Para ver uma animação demonstrando o processo de soldagem TIG clique [aqui](#).